

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONTRADIÇÕES: uma
reflexão do conceito e suas contradições em relação ao capitalismo**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

ANSELMO EDUARDO BRAMIBLLA



**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONTRADIÇÕES: uma
reflexão do conceito e suas contradições em relação ao capitalismo**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Paranavaí, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Desenvolvimento Sustentável e Contradições: uma reflexão do conceito e suas
contradições em relação ao capitalismo

Por

Anselmo Eduardo Brambilla

Esta monografia foi apresentada às **09h do dia 24 de outubro de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Polo de Paranavaí, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Campus Medianeira
(orientadora)

Prof^a Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Especialista Sandra Storck
Tutora Presencial –Polo de Paranavaí

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico a Deus pela oportunidade de poder realizar este sonho e a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para que este se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Mestra Marlene Magnoni Bortoli pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome” (MAHATMA GANDHI).

RESUMO

BRAMIBLLA, Anselmo Eduardo. Desenvolvimento Sustentável e Contradições: uma reflexão do conceito e suas contradições em relação ao capitalismo. 2014. 40f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

O presente trabalho acadêmico trata-se de uma monografia, cujo principal objetivo é promover uma reflexão do conceito do desenvolvimento sustentável e suas contradições em relação ao capitalismo. A metodologia utilizada para realização desse trabalho consiste numa revisão bibliográfica, onde a ferramenta fundamental foi o levantamento e a análise de materiais que já foram publicados sobre a temática, em forma de livros, periódicos, artigos de revistas acadêmicas, monografias, obtidos por meio impresso e eletrônico, possibilitando a obtenção de informações primordiais e atualizadas para a discussão em foco.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Gestão Ambiental. Eco desenvolvimento.

ABSTRACT

BRAMIBLLA, Anselmo Eduardo. Sustainable Development and Contradictions: uma reflexão do conceito e suas contradições em relação ao capitalismo. 2014. 40f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

This academic work it is a monograph, whose main objective is to promote a discussion of the concept of sustainable development and its contradictions in relation to capitalism. The methodology used to conduct this work consists of a literature review, where the fundamental tool is the collection and analysis of materials that have been published on the subject in the form of books, journals, articles from academic journals, monographs, obtained in print and electronic order to obtain primary and updated information for discussion in focus.

Keywords: Environment. Environmental Management. Eco-development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVO GERAL	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	11
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	11
2.2 COLETA DE DADOS	11
2.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	11
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	12
3.1 INÍCIO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	12
3.2 ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	15
3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	22
3.4 GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
3.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS INCONSISTÊNCIAS.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O homem, desde o seu surgimento, vem provocando alterações nos meio ambiente em que vive. Essas alterações puderam ser sentidas com maior ênfase, a partir da primeira Revolução Industrial, onde a produção, até então de subsistência, ganhou mecanismos de produção até então nunca vistos. Desde então, o incremento da produção passou a ser uma exigência para a nova classe social que surgiu após a Revolução Industrial. O lucro advindo da produção em larga escala de produtos era reinvestido na produção de novos produtos e a criação de novos mercados de consumidores passou a ser uma necessidade para o sucesso das indústrias e geração de renda. Criou-se novos produtos, novos mercados e novas necessidades para os consumidores que, em muitos casos, foram induzidos pela ideia do consumismo desenfreado de novos produtos e serviços. O sistema atual de consumo impõe regras, em grande parte com a ajuda da mídia, onde devemos ter sempre o mais novo, mesmo que o antigo ainda esteja bom. Tais mudanças no comportamento e no hábito de consumidores trouxeram sérios problemas para o meio ambiente como degradação das florestas, aumento da poluição, consumo exagerado dos recursos naturais, problemas sociais, psicológicos e outros.

A partir dos anos 60, no século XX, iniciou-se uma preocupação quanto à limitação dos recursos naturais e os impactos ambientais que o processo de produção e consumismo poderia gerar. Atualmente o tema Desenvolvimento Sustentável é tido como “bandeira” de muitos países considerados ricos economicamente, ao mesmo tempo em que a economia dos mesmos se sustenta em sua maioria ou em grande parte, pela obtenção de lucros recorrentes da venda de produtos industrializados, ou seja, embora promovam a ideia do Desenvolvimento Sustentável, consomem grande parte de recursos naturais e são os grandes poluidores do Planeta. Em contra partida, a maioria da população da Terra vive com recursos escassos e possibilidades diminutas de alcançarem melhores oportunidades de vida. Será possível aplicarmos o tema Desenvolvimento Sustentável, de forma eficiente, na sociedade contemporânea onde o individualismo, o consumismo e o sistema capitalista imperam?

1.1 JUSTIFICATIVA

O tema Desenvolvimento Sustentável vem sendo muito utilizado na sociedade contemporânea, mas até que ponto é tangível a todos?

A escolha do tema busca despertar para uma reflexão sobre o tema Desenvolvimento Sustentável e a proposta intangível do mesmo na lógica capitalista que domina o mundo contemporâneo. Buscará apontar as contradições e inconsistências do conceito Desenvolvimento Sustentável, identificar as causas que inviabilizam a existência do mesmo dentro do conceito capitalista e poderá servir como auxílio para despertar novos trabalhos, servindo como auxílio para embasamento teórico e raciocínio crítico – reflexivo de estudantes e profissionais da área.

1.2 OBJETIVO GERAL

Apresentar uma pesquisa bibliográfica que servirá de base para reflexão do conceito Desenvolvimento Sustentável e as suas contradições em relação ao capitalismo e a sua real aplicabilidade no mundo atual.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar os principais fatos na história da que contribuíram para uma maior demanda dos recursos naturais;
- Conceituar o termo Desenvolvimento Sustentável, sem a pretensão de esgotar o assunto;
- Promover pontos de reflexão entre Desenvolvimento Sustentável e o capitalismo dominante no mundo atual.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde a ferramenta embasadora foi o levantamento e a análise de materiais anteriormente publicados sobre o tema.

2.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos científicos, acadêmicos, monografias e periódicos; obtidos eletronicamente ou por meio impresso.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

À medida que foram selecionadas as fontes de referência, realizou-se a leitura dos textos e na sequência foi feita a confrontação de ideias de autores referenciados no assunto com a introspecção de pensamentos e cenários.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 INICIO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Apesar de o nosso planeta ter 4,5 bilhões de anos de existência, é considerado jovem quando comparado à existência do Universo (13 a 15 bilhões) de ano, continuamos em constante processo de transformação com registros como, por exemplo: as rupturas na crosta terrestre, áreas que pertenciam ao fundo do mar e hoje são habitadas, erupções vulcânicas, glaciações e outras atividades que alteraram sensivelmente a temperatura e as condições de vida da Terra.

A história do homem é muito curta em relação à história da vida na terra, com cerca de um milhão de anos. Porém a evolução do homem trouxe sérias alterações ao meio ambiente; de início o homem supria suas necessidades unicamente com as forças e manifestações produtivas da natureza como, por exemplo, as estações dos anos e suas características de geração de alimentos necessários para manter a vida deste.

Com a evolução intensiva das atividades do homem, houve aceleração do progresso técnico humano refletindo na transformação da natureza, ou seja, quanto mais rápido o ritmo de desenvolvimento tecnológico, maiores são as alterações provocadas na natureza. Podemos dizer que à medida que o homem domina uma nova fonte de energia provoca desequilíbrios na natureza e gera poluição.

O esgotamento dos elementos naturais de subsistência motivou o deslocamento do homem do seu primitivo ambiente de vida. As contínuas e seculares práticas humanas de destruição e uso irracional dos bens naturais passaram a representar sérias ameaças à qualidade de vida e também a comprometer a própria sobrevivência (FERNANDES, 2006).

Com isso surgiram também os problemas ambientais de ordem antrópicas que são decorrentes do uso do meio ambiente para obter recursos para produção de bens e serviços “visando” proporcionar mais conforto ao ser humano. A sociedade consumista em que vivemos acelera a degradação dos recursos naturais, compromete a qualidade de vida das gerações futuras, na medida em que acelera o

crescimento e o consumismo, não dando tempo para que os recursos naturais sejam repostos pela natureza.

O aumento da escala de produção de bens de consumo tem sido um importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais e eleva a quantidade de resíduos. Os povos que se sentem parte da natureza apresentam um comportamento mais prudente em relação ao meio ambiente e utilizam seus recursos com moderação. A concepção de um ser humano separado dos outros elementos da natureza talvez tenha sido o fato de maior relevância para o aumento dos problemas ambientais (BARBIERI, 2004).

Para muitos autores a Revolução Industrial é apontada como responsável pelo agravamento das questões ambientais. É importante ressaltar que a relação do homem com a natureza sempre provocou problemas ambientais.

Os problemas ambientais provocados pelos humanos decorrem do uso do meio ambiente para obter os recursos necessários para produzir os bens/serviços que estes necessitam e dos despejos de materiais e energia não aproveitados no meio ambiente. Mas isso nem sempre gerou degradação ambiental, em razão da escala reduzida de produção e consumo e da maneira pela qual os seres humanos entendiam sua relação com a natureza e interagem com ela (BARBIERI, 2004, p.5).

Foladori diz ainda que:

Todavia, existem diferenças radicais entre a depredação e a poluição pré-capitalistas e as que acontecem no mundo contemporâneo: as causas que guiam a depredação ou a poluição são diferentes. Nas sociedades pré-capitalistas, o escasso desenvolvimento das forças produtivas levava à produção depredadora (como o sistema de roça e queima da agricultura, ou a extinção de grandes mamíferos). Na sociedade capitalista, ao contrário, é o tremendo desenvolvimento das forças produtivas que tem permitido uma pilhagem da natureza em grande escala; o ritmo, ou velocidade, é, por certo, muito maior no sistema capitalista, já que a tendência a produzir sempre mais é [...] intrínseca à dinâmica econômica [...]. (FOLADORI, 2001, p. 172).

De acordo com Camargo:

A década de 1970 foi marcada pela criação de diversas organizações internacionais - com o objetivo de discutir os problemas ambientais em âmbito mundial - e também dos primeiros movimentos ambientalistas organizados. Foi nessa década que se registrou o começo da preocupação ambiental pelo sistema político - governos e partidos. (CAMARGO, 2003, p. 47).

A industrialização, o crescimento desordenado das cidades, aumento desenfreado de consumo, aumento da produção de resíduos, são alguns dos fatores que contribuem para a degradação do meio ambiente e escassez dos recursos naturais. “Quando a extração de recursos ou geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de reproduzi-los ou reciclá-los, estamos frente à depredação e/ou poluição, as duas manifestações de uma crise ambiental”. (FOLADORI, 2001, p.117).

A urbanização pode ser considerada um dos mais importantes subprodutos da Revolução Industrial, pois criou um ambiente sem precedentes nas cidades. Por volta de 1850, havia mais cidadãos britânicos morando em cidades do que no campo, e quase um terço da população total vivia em cidades com mais de 50.000 habitantes; cidades cobertas de fumaça e impregnadas de imundice, e sem adequação necessária de serviços públicos básicos como, por exemplo, abastecimento de água, esgoto sanitários entre outros, que não acompanhavam a migração intensa de pessoas do campo para as cidades (DIAS, 2006).

No princípio do processo histórico, a questão territorial era um conjunto dos complexos naturais. Com o decorrer da história esta configuração territorial sofre alterações com a ação das obras pelos homens como as construções de estradas, plantações, casas, depósitos, portos, cidades (SANTOS 1988).

Também vale ressaltar que não podemos atribuir toda problemática envolvendo meio ambiente a Revolução Industrial, pois mesmo antes do surgimento desta, já havia degradação ambiental, com a retirada das árvores de florestas com as mais diversas finalidades, ocasionando o assoreamento de rios, erosão, infertilidade do solo e outros problemas. A poluição nesta época era basicamente de origem orgânica, mas com o advento da Revolução Industrial surgem elementos que não existiam na natureza e são depositados ou descartados irregularmente na natureza de forma cada vez mais acentuada; mais de 10 milhões de substâncias foram sintetizadas e esse número não para de crescer (BARBIERI, 2004).

3.2 ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1972 em uma Conferência da ONU, em Estocolmo, foi gerada a Declaração sobre o Ambiente Humano. Tal declaração apresenta os princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam nortear as decisões relacionadas às questões ambientais. O Plano de Ação Mundial convocaria todos os países, organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para vários problemas ambientais com o intuito de orientar a preservação e a melhoria no ambiente. Também propunha a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) que tinha como objetivo monitorar o avanço dos problemas ambientais em todo o mundo.

Outro importante marco no histórico dos eventos ambientais foi à publicação do relatório do Clube de Roma¹, *Limits to Growth* (Limites do Crescimento), em 1972. Composto por um grupo de pesquisadores que faziam projeções sobre o consumo dos recursos naturais. Aonde se chegou à conclusão que, se mantido os níveis de exploração e consumo dos recursos naturais, estes se esgotariam, segundo Camargo (2003, p. 48) “a esse primeiro relatório do Clube de Roma seguiu-se uma série de relatórios adicionais, que tentaram não apenas dar maiores detalhes sobre problemas da época, como também sugerir possíveis cenários futuros”. Assim sendo, complementa Krüge:

O primeiro relatório² divulgado pelo Clube de Roma causou enorme impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastróficos de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época, a partir daí, outros relatórios alertavam com frequência para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente [...] à medida que iam sendo discutidos temas relacionados ao meio ambiente, acontecimentos noticiados pela grande imprensa faziam ver a veracidade dos fatos apresentados nos relatórios [...]. (KRÜGE, 2001, p. 39)

Nessa perspectiva, Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.57), afirmam que:

Esse documento, no entanto, foi importante para chamar a atenção sobre os impactos da exploração dos recursos e sobre a degradação do meio ambiente, o que despertou a consciência ecológica mundial. Reflexo disso foi a primeira conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano,

¹ O chamado Clube de Roma reunia cientistas, economistas, humanistas com o objetivo de debater a crise atual e futura da humanidade (KRÜGER, 2001, p.39).

² Limits to Growth (Limites do Crescimento) em 1972.

organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1972 [...].

Assim, “Pela primeira vez questões políticas, sociais e econômicas geradoras de impactos no meio ambiente foram discutidas em um fórum intergovernamental, com a perspectiva de suscitar medidas corretivas e de controle” (PELICIONI, 2004, p.445), é um marco no início das discussões sobre causas e consequências da relação homem/natureza.

Segundo Bernardes e Ferreira (2008, p.17):

[...] nos anos 60/70 percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se revelar insustentável. Nesse contexto, emerge a necessidade de se elegerem novos valores e paradigmas capazes de romper com a dicotomia sociedade/natureza.

A Contribuição do Clube Roma , em 1972, culminou com a publicação do estudo “Limites do crescimento” por Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores. Tanto esta a publicação do Clube de Roma como a conferência de Estocolmo formam consequências de debates originados na década de 60 e início dos anos 70 onde eram debatidos os riscos da degradação ao meio ambiente. As teses deste trabalho coordenado por Dennis Meadows são:

- 1- Se as atuais tendências de crescimento mundial, em relação à população, industrialização, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites do crescimento no planeta será alcançado dentro dos próximos 100 anos. O resultado mais obvio será uma diminuição súbita e incontrolável da população e da capacidade industrial;
- 2- Existe a possibilidade de alterar estas tendências de crescimento e criar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que possa ser mantida no futuro. Este equilíbrio poderá ser planejado de modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa do planeta possam ser satisfeita e que haja oportunidade igual de cada ser humano desenvolver seu potencial;
- 3- Caso a população mundial opte pela segunda alternativa, quanto mais cedo for à busca por alcançá-la, maiores serão as possibilidades de sucesso.

Segundo Meadows et al., (1973) esta estabilidade econômica e ecológica seria alcançada com o congelamento da população mundial e do capital industrial, pois mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a tese de Malthus¹ que alerta para as consequências do crescimento desenfreado da população. Consequentemente os teóricos que se identificaram com as teorias de crescimento criticam veementemente as teses de Meadows et al., (1973) entre eles Robert Solow, prêmio Nobel em Economia em 1987 que teoriza que uma economia de mercado pode crescer no longo prazo de forma permanente, sustentada e exibindo uma trajetória de equilíbrio relativamente estável sem a intervenção direta do governo nos assuntos relativos à economia.

Em 1973 Maurice Strong, secretário geral da Conferência de Estocolmo, mencionou pela primeira vez o conceito de Eco desenvolvimento.

[...] Maurice Strong introduz o conceito de eco desenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa, potencialmente fértil para direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento e sensível à preocupação ambiental. Esta concepção antitecnocrática (ou “de baixo para cima”) preconizava uma gestão mais racional dos ecossistemas locais aliada à valorização do know-how e da criatividade das populações envolvidas no processo (VIEIRA, 1992, p.108).

Apesar de a proposta do eco desenvolvimento ser direcionado, num primeiro momento às regiões rurais do terceiro mundo, não existe nenhuma restrição de estendê-la às cidades.

Essa versão inicial do conceito é reelaborada no ano seguinte, num texto hoje considerado clássico de Ignacy Sachs. Segundo essa nova versão, “eco desenvolvimento” designa, num primeiro momento, um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também urbanos opostos à diretriz mimético-dependente tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia e pela satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas (VIEIRA, 1992, p.108).

A esta proposta Ignacy Sachs incorpora aspectos não apenas relacionados com as questões ambientais, mas também com dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas, caracterizando esse conceito como uma concepção alternativa de política de desenvolvimento.

Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento, que integrou aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em

geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação (BRÜSEKE, 2003, p. 31).

Sachs acentua algumas características marcantes do eco desenvolvimento e, dentre elas vale ressaltar as seguintes:

1. Em cada eco região, o esforço se concentra na valorização de seus recursos específicos, para satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação [...] com vista a evitar os nefastos efeitos de demonstração do estilo de consumo dos países ricos. 2. Por ser o homem o recurso mais precioso, o eco desenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para sua realização. [...] 6. O eco desenvolvimento implica um estilo tecnológico particular [...] o aperfeiçoamento de enotécnicas é chamado a ocupar um lugar muito importante nas estratégias de eco desenvolvimento, por poder compatibilizar adequadamente objetivos diversos. 7. O quadro institucional para o eco desenvolvimento não poderia ser definido de uma vez por todas, sem se considerar a especificidade de cada caso. (SACHS, 1986, p.15-17).

De acordo com Sachs, existem ainda quatro condições essenciais para o eco desenvolvimento ser posto em prática:

a) poder de decisão horizontal de desenvolvimento, capaz de suplantar a abordagem setorial e de tirar proveito de todas as possibilidades de complementaridade existentes; b) participação real da população na preparação de eco estratégias na pesquisa necessária e na execução da ação proposta; c) sistema educacional que, ao invés de concentrar-se na transferência de conhecimento didático, converta a escola rural em verdadeira agência de desenvolvimento, onde os estudantes aprendam a participar diariamente de atividades de desenvolvimento, a assumir suas responsabilidades em relação à comunidade, a pensar em termos ecológicos e antropológicos; d) sistema de integração de áreas rurais na economia nacional, de maneira a evitar que os produtores de produtos primários sejam explorados por uma cadeia de intermediários (SACHS, 1986, p. 107).

A proposta de eco desenvolvimento surge após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, como forma de conjugar³ as duas formas de pensamentos antagônicos expostos durante a conferência entre os países desenvolvidos que defendiam a ideia de estagnar o crescimento econômico em defesa ao meio ambiente e seus recursos naturais e, entre os países em desenvolvimento que apoiavam o crescimento a qualquer preço, independente de qualquer risco.

³ Embora essa tenha sido a ideia da construção do termo, tal conjugação se mostrou inviável.

Segundo Sachs:

Deixar de crescer para livrar-se dos impactos negativos do crescimento sobre o meio ambiente é uma proposição intelectualmente simplista e politicamente suicida. O problema, portanto, não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do meio ambiente, mas sim em tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento. (SACHS, 1986, p. 71).

Sachs propunha uma estratégia multidisciplinar e alternativa ao desenvolvimento onde articulava o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a participação social. Insistia na busca de alternativas para superar a marginalização bem como a dependência política, econômica e tecnológica dos das populações envolvidas. É notório em seus trabalhos o compromisso com os direitos e desigualdades sociais bem como a autonomia dos povos e países menos favorecidos na ordem mundial (SACHS; 1986).

Embora a comissão Brundtland apoiasse muitas das ideias apresentadas por Scahs, como as ideias de articulação para crescimento econômica, preservação ambiental e equidade social, os arranjos da comissão resultaram em ideias divergentes como ênfase econômica, tecnológica e uma tendência a despolitizar a proposta de Sach, como afirma Leff:

Antes que as estratégias de eco desenvolvimento conseguissem romper as barreiras da gestão setorializada de desenvolvimento... As próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de eco desenvolvimento. Daí surge à busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza... Começa então naquele momento a cair em desuso o discurso do eco desenvolvimento, suplantado pelo discurso de Desenvolvimento Sustentável (LEFF, 2001, p.18).

O eco desenvolvimento valoriza as possibilidades de um desenvolvimento capaz de criar um bem estar social, a partir das particularidades das populações envolvidas.

Ele [o eco desenvolvimento] significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.47).

No Quadro 1 está descrito os cinco pilares do eco desenvolvimento, seus componentes e objetivos descritos por Ignacy Sachs.

Dimensão	Componentes Principais	Objetivos
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada (a melhor condição de vida e melhor qualificação profissional); - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	Redução das desigualdades sociais.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo); - Manejo eficiente de recursos; - Absorção pela empresa dos custos ambientais; - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa.
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produção com respeito aos ciclos ecológicos dos ecossistemas; - Prudência no uso dos recursos não renováveis; - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; - Redução da intensidade energética e conservação de energia; - Tecnologia e processos produtivos de baixo índice de resíduos; - Cuidados ambientais 	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL OU GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial de atividades da população; - Descentralização e democratização local e regional do poder; - Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos); 	Evitar excesso de aglomerações.
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema; - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Quadro1: Os Cinco Pilares do Eco desenvolvimento seus Componentes e Objetivos.
Fonte: Sachs (2002 apud AMARAL, 2005).

Esta proposta para um novo estilo de desenvolvimento possui um caráter autoconfiante, uma vez que, não abre espaço para ajuda externa, acredita que cada população tem a capacidade de resolver seus problemas (sociais, culturais, ambientais) a partir de suas próprias especificidades, “defende a necessidade de

dissociação entre os países centrais⁴ e os países periféricos, para garantir o desenvolvimento dos últimos” (BRÜSEKE, 2003, p.31). Assim, Sachs complementa:

O eco desenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada eco região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos a mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo [...] O eco desenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e lhes dar soluções originais [...] (SACHS, 1986, p.18).

O eco desenvolvimento enfatiza uma visão de solidariedade voltada à escala local, ou seja, voltada para as gerações atuais cujo objetivo é o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como uma estratégia de desenvolvimento.

De acordo com Sachs, as estratégias do eco desenvolvimento são destinadas a ecozonas, com vista a:

a) Fazer uso mais completo dos recursos específicos de cada ecozona, para atender às necessidades básicas de seus habitantes, salvaguardando, ao mesmo tempo, os prospectos em longo prazo, através da gestão racional desses recursos, ao invés de uma exploração destrutiva dos mesmos; b) reduzir ao mínimo os efeitos ambientais negativos e inclusive utilizar, tanto quanto possível, os produtos de refugo para finalidade produtiva; c) desenhar tecnologias adequadas à consecução destes objetivos. (SACHS, 1986, p. 98).

O eco desenvolvimento, pelo menos do ponto de vista das suas concepções teóricas, buscava um novo modelo de desenvolvimento que tivesse ideologia diferente do modelo vigente de caráter explorador (socialmente e ambientalmente), “o eco desenvolvimento é, acima de tudo, uma abordagem que convida o planejador a mudar sua visão tradicional do processo de desenvolvimento” (SACHS, 1986, p.98).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) cria o documento chamado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido como relatório de Brundtland.

⁴ Refere-se aos países desenvolvidos que possuem características como: domínio econômico, desenvolvimento econômico, tecnológico e social elevado, mão-de-obra especializada, baixo índice de analfabetismo, elevada expectativa de vida, baixa taxa de natalidade e mortalidade infantil, boas condições de habitação e saneamento básico, entre outros.

As atribuições da comissão têm três objetivos: reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.4).

Este documento alerta sobre a necessidade urgente de encontrar uma forma de desenvolvimento diferente da que então adotada, onde se leve em consideração. O meio ambiente evitando, entre outros danos, a escassez dos recursos naturais. Tal relatório divulga as possíveis causas dos problemas ambientais e concede oficialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento sustentável. “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46).

3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ideia de desenvolvimento surge num contexto de reparar desigualdades, “tem sido uma poderosa *idée-force* para o sistema das Nações Unidas, tanto como conceito analítico quanto como ideologia” (SACHS, 2004, p.25). Igualdade, equidade e solidariedade estão embutidas no conceito de desenvolvimento para que este possa ser diferenciado do economicismo redutor, pois seus objetivos vão bem além da mera multiplicação da riqueza.

Até o início de 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera em países desenvolvidos. Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento (VEIGA, 2010, p.18-19).

Passado 15 anos da conferência de Estocolmo, o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) cria em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que materializa em 1987 o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum)⁵ mais conhecido como relatório de Brundtland⁶, que apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento.

As atribuições da comissão têm três objetivos: reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.4).

Diante da identificação dos problemas ambientais e sociais em âmbito universal, a CMMAD foi criada a fim de melhor compreender e buscar soluções para resolução dos problemas ambientais e sociais.

O relatório *Nosso Futuro Comum* é um marco no debate sobre a interligação entre as questões ambientais e o desenvolvimento. Sua mensagem alertou as nações para a necessidade de se unirem na busca de alternativas para os rumos vigentes, a fim de evitar a degradação do planeta. O relatório afirma que o crescimento econômico sem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das sociedades não pode ser considerado desenvolvimento, mostra ainda que é possível alcançar maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p.61).

Este documento chamou a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de encontrar uma forma de desenvolvimento diferente da até então adotada, que levasse em consideração o meio ambiente evitando entre outros danos, a escassez dos recursos naturais, o relatório de Brundtland é responsável⁷ pela divulgação das possíveis causas dos problemas ambientais e por conceber oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável. Definindo-o como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras

⁵ Segundo Nascimento, Lemos e Mello, 2008 “[...] contribuiu decisivamente para a disseminação mundial do conceito de desenvolvimento sustentável” (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p.59).

⁶ Relatório da comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, instituída pela ONU, também chamado de relatório Brundtland, em alusão à primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, coordenadora da comissão (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 59).

⁷ Embora na maioria das vezes se atribua unicamente a ONU e a comissão de Brundtland a responsabilidade de divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável é importante atentar que também existiram outros agentes de divulgação nesse sentido nos movimentos sociais, nos debates públicos, através da imprensa, etc.

atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46).

Entre as medidas apontadas pelo relatório, constam soluções como a diminuição de consumo de energia, o desenvolvimento de tecnologias para uso de fontes de energia renováveis⁸, produção industrial com base em tecnologias limpas. Enfim, o relatório trazia um apelo para que fosse formada uma aliança global para planejar um futuro em que o crescimento econômico não representasse o esgotamento dos recursos naturais e aumento da pobreza.

Essa comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório, *Nosso Futuro Comum*, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base dos recursos ambientais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.1).

A transição para o desenvolvimento sustentável começa com o gerenciamento de crises, onde é preciso pensar na teoria do desenvolvimento, diferenciando-a do crescimento econômico, “em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza” (SACHS, 2004, p.14), pois crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza, se não diminui as desigualdades.

O desenvolvimento é um conceito multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais e éticos com uma condicionalidade ambiental explícita; o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes (SACHS, 2004, p.71).

A passagem de um modelo de crescimento predatório a um sustentável que mantenha a harmonia com a natureza possui várias implicações, “a crença de que a natureza existe para servir ao ser humano contribui para o estado de degradação ambiental que hoje se observa” (BARBIERI, 2004, p.5). Faz-se necessário modificar

⁸ É a energia proveniente de fontes com capacidade de se regenerar em um determinado tempo por pertencerem a um ciclo onde são constantemente renovadas como exemplo, pode-se citar: energia solar, eólica, geotérmica, entre outras.

a visão de que a natureza é somente uma fonte de matéria-prima, pois, ela também é o ambiente necessário para existência da humanidade.

Ao abordar a proposta de desenvolvimento sustentável, Sachs propõe uma maneira de desenvolvimento capaz de promover inclusão social, satisfação econômica aliada à preservação dos recursos naturais, propõe uma forma de desenvolvimento que seja, sustentável, sustentado.

O desenvolvimento sustentável requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos, eficiência social, emprego decente para todos, possibilitando uma vida digna e uma melhoria na qualidade de vida. De acordo com Sachs o desenvolvimento sustentável só seria possível de ser alcançado a partir dos cinco pilares:

- a- Social, fundamental tanto por motivos intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- b-Ambiental, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos como “recipiente” para a disposição de resíduos);
- c-Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d-Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e-Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, p.15).

Lançado em 1987 pelo Relatório Brundtland, nos dias atuais o conceito de desenvolvimento sustentável tem ocupado uma posição de destaque em debates sobre a questão ambiental, buscando harmonizar três objetivos: economia, sociedade e meio ambiente. Sem a perspectiva de cessar o crescimento econômico o desenvolvimento sustentável reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países em desenvolvimento assumam uma trajetória de desenvolvimento diferente das adotadas pelos países desenvolvidos.

Essa trajetória rumo ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento deveria ter como objetivo não só o crescimento econômico, mas também a responsabilidade social e ambiental.

De acordo com Sachs, a armadilha de pobreza estrutural compartilhada pelos PMDs (países menos desenvolvidos), é consequência do “acentuado subdesenvolvimento de suas forças produtivas, agravado por um ambiente

internacional desfavorável e pela falta de um compromisso autêntico dos países ricos no sentido de lhes dar assistência” (SACHS, 2004, p.70). Porém, salienta o autor que a solução para tais problemas, encontra-se em cada país, ou seja, cada país possui um potencial capaz de solucionar seus próprios problemas “apesar dessas desvantagens esses países têm um potencial latente para construir estratégias de desenvolvimento nacionais, includentes, sustentáveis e sustentadas, capazes de quebrar o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza [...]” (SACHS, 2004, p. 70).

Dentre as estratégias apontadas por Sachs, têm-se:

Espera-se que o caminho proposto, informado pelo conceito de desenvolvimento includente, sustentável e sustentado, maximize a elasticidade de emprego do crescimento, reduza a dependência de importações e respeite a regra de crescimento não inflacionário. Deve-se, portanto, recomendar aos PMDs, por pobres que sejam, que façam um esforço para aumentar a parcela relativa dos serviços básicos em seus orçamentos, especialmente em serviços educacionais e paramédicos, que são razoavelmente intensivos em trabalho. Os PMDs têm, assim, uma vantagem comparativa absoluta no que diz respeito aos custos dos serviços básicos. Por isso eles devem tirar proveito dessa oportunidade, enquanto os salários médios continuam baixos no país. [...] o objetivo do crescimento puxado pelo emprego não é apenas a perpetuação de estratégias de sobrevivência, por importante que seja em curto prazo, mas a geração, em números crescentes, de empregos decentes (SACHS, 2004, p.87 - 97).

A constatação da impossibilidade de manter o equilíbrio ambiental e um mesmo padrão de crescimento econômico entre as nações, devido à escassez dos recursos naturais são elementos essenciais para compreensão da necessidade de mudança, “o uso produtivo dos recursos disponibilizados pela natureza não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente [...] se tivermos consciência de que nossas atividades econômicas estão fincadas no ambiente natural” (SACHS, 2009, p.32). Adotar uma nova forma de desenvolvimento significa para toda sociedade uma nova forma de viver, de pensar e de agir para resolução dos problemas sociais e ambientais, com um real comprometimento com as questões referentes ao meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, são claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era do crescimento econômico (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 9).

3.4 GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Rheingantz (1990), o ambiente urbano, entendido como uma organização social complexa regida pela incerteza e pela possibilidade – construído pelo conjunto de relações que se estabelecem entre suas partes, não se restringe apenas às relações entre suas medidas e seus materiais. Como ele não vale por si próprio, seu valor ou significado surge em função das relações que estabelece entre o espaço e seus habitantes. Fazem-se, então necessárias habilidades de planejamento e gestão por parte dos administradores das cidades, pois variáveis sociais, econômicas, físico- espaciais e ambientais se interagem em todos os momentos entre as relações e as demandas que envolvem a população e grupos afins interessados na perspectiva de resultados favoráveis.

Embora no cenário brasileiro possamos encontrar cidades com características diferenciadas com peculiaridades locais e regionais, notadamente encontramos problemas, em menores ou maiores intensidades, comuns. Entre eles podemos citar: déficit de moradias, dificuldades de acesso a terra urbanizada, déficit de serviços de saneamento, desemprego, marginalização e problemas ambientais, entre outros. Segundo (MORAES, 2002; BEZERRA; FERNANDES, 2000, ROLNIK, 2000) a concentração física e o modelo de exclusão territorial que marcam o desenvolvimento de nossas cidades promovem e expõem a tragédia da concentração da renda nacional.

Embora de indiscutível importância, o planejamento das cidades não tem, na maioria das vezes, cumprido seu papel, seja ele de caráter físico-territorial em sua versão convencional, marcadamente regulatória, seja na tipologia de planejamento estratégica mais difundida em nosso País, a mercadológica (SOUZA, 2003).

A busca por modelos que contemplem modelos de políticas públicas urbanas que combinem o esforço de crescimento econômico com ações equilibradas que possibilitem a obtenção de condições dignas de vida para as populações e redução nas taxas de degradação do meio ambiente são desafios que devem ser enfrentados pela administração dos municípios. Baseado nos princípios da gestão democrática do Estatuto da Cidade e nos princípios do desenvolvimento sustentável, atuando na formulação de políticas públicas, pode ser utilizado mecanismos de avaliação e desempenho de planejamento e gestão. A partir da premissa de

sustentabilidade adotada por Sachs (1986), que considera o equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e cuidada ecológico foi adaptada ferramentas utilizadas na área empresarial para o meio urbano, onde se considera a inclusão efetiva da população no processo de planejamento estratégico. Entre elas pode-se destacar:

Sigau – Sistema integrado de gestão do ambiente urbano. Busca subsídios em importante marcos de discussão da política urbana e ambiental no Brasil: Estatuto da Cidade, Agenda 21 brasileira e o movimento pela reforma urbana e ambiental no Brasil. Em todos os níveis a participação das entidades representativas do setor público e da sociedade deve dar autenticidade aos parâmetros discutidos em todas as instâncias do poder público. O Sigau é estruturado em três níveis da estrutura organizacional:

Nível de formulação das políticas urbanas – participam políticos, gestores, administradores, funcionários de escalões hierárquicos superiores, dos órgãos públicos, empresários, sindicatos, associações civis e dos cidadãos em geral. O Objetivo é introduzir a participação popular, alterando a visão de cidade mercadoria para cidade fruto da construção coletiva. A este instrumento é dado o nome de Planejamento Estratégico Participativo (PEP);

Nível de elaboração de planos e propostas – participam administradores, políticos, funcionários de escalões hierárquicos superiores dos órgãos públicos e corpo técnico. Neste nível é adaptado um instrumento utilizado na esfera empresarial para a efetivação das estratégias oriundas do planejamento estratégico, o BSC (KAPLAN; NORTON, 1997);

Nível de elaboração de projetos e execução de ações – participam corpo técnico e funcionários dos escalões operacionais. Com o intuito de auxiliar a execução dos planos e projetos resultantes da aplicação das etapas anteriores, dois instrumentos são incorporados ao processo decisório: Para Bramont (1996) o Método Aditivo Linear (MAL) e outro destinado à avaliação e ao monitoramento do desempenho dos distintos aspectos do desenvolvimento urbano, baseado em metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO, 1987) para avaliação do desempenho de bacias hidrográficas.

A Figura 1 ilustra os três níveis de uma estrutura organizacional.

Figura 1
Inter-relação do Sigau com o processo decisório

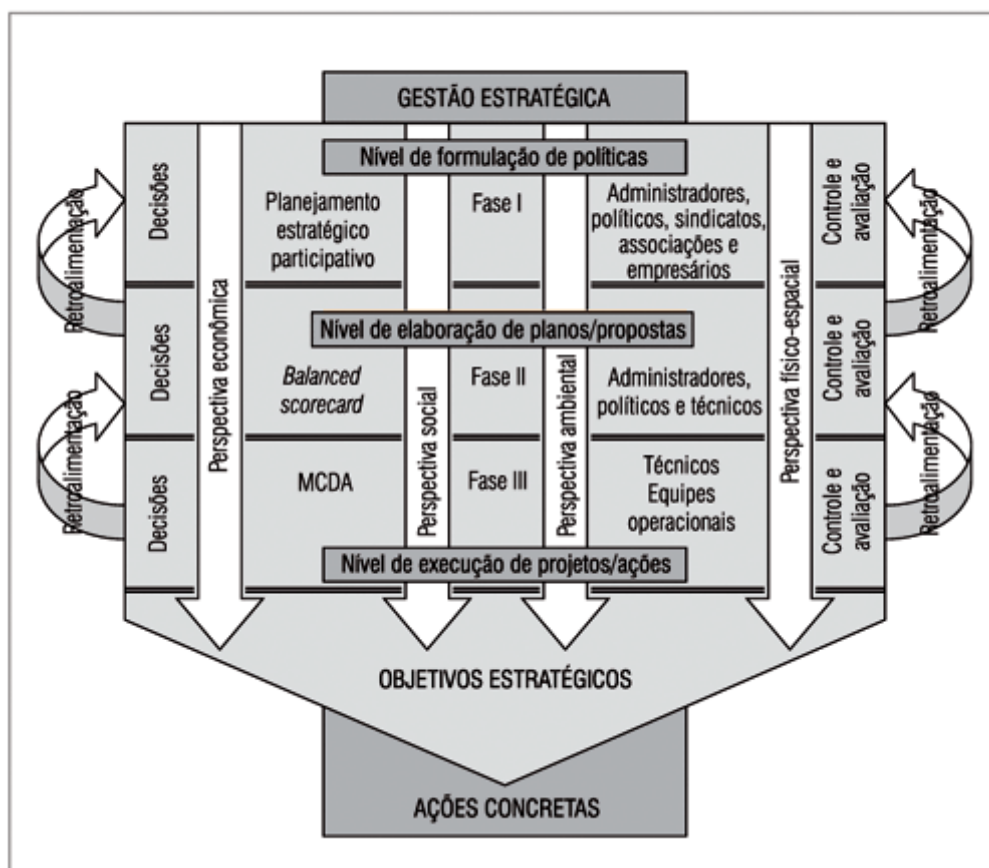


Figura 1: Interligação do Sigau com o Processo Decisório.
Fonte: Rossetto, et al., 2006, p.815.

Embora a ideia de criação dessa ferramenta seja auxiliar nos indicadores de qualidade ambiental para as equipes técnicas das prefeituras na proposição de planos e projetos, a identificação de questões de maior abrangência, ou interferência de grupos com diferentes objetivos, faz que, muitas vezes, a questão ambiental seja suprimida.

3.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS INCONSISTÊNCIAS

Desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa para o crescimento econômico e social e tem como premissa atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa (VEIGA, 2010, p. 56).

Conforme Layrargues (1997, p.5), “verifica-se atualmente, em todos os foros de debates, documentos oficiais e publicações científicas, o uso indiscriminado do conceito de desenvolvimento sustentável”, o conceito se torna mais conhecido, sendo utilizado com maior frequência em questões não só em questões sócias, como também, em questões econômicas.

O uso do tema vem sendo utilizado de forma indiscriminada e com isso surgem inconsistências e contradições. Questionamentos surgem: É possível dentro de a lógica capitalista ocorrer de forma eficiente e eficaz o Desenvolvimento Sustentável? As necessidades das gerações futuras irão ser atendidas? Está ocorrendo desenvolvimento nos eixos social, econômico e ambiental de forma conjunta? O Desenvolvimento Sustentável atinge a grande maioria das pessoas ou a minoria das pessoas no mundo contemporâneo?

A revolução industrial pode ser considerada um divisor de águas na intensificação dos problemas ambientais, mas, além disso, pode-se atribuir a ela uma contribuição significativa para a formação do perfil e da estrutura da sociedade contemporânea com suas aspirações capitalista, globalizada e consumista. Tais mudanças faz com que a sociedade passe a ter agora uma nova relação de produção e consumo, caracterizado pela acumulação de capital, busca incessante por lucro e outros comportamentos até então inexistentes ou minimizados.

Foladori afirma que:

A produção capitalista inaugura, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não é a satisfação direta das necessidades, mas a obtenção de um lucro em dinheiro. Obtém-se esse lucro através da concorrência no mercado. Uns ganham enquanto

outros perdem. Não há forma alguma de que todos ganhem simultaneamente. A produção capitalista implica tendências exclusivas. A tendência mais geral é a produção ilimitada [...] que é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades (FOLADORI, 1999. p. 124).

No modelo atual, capitalista em quase todo o mundo, consumir é indispensável para a economia desenvolver-se. Somos induzidos a consumir mais e mais, mesmo que não precisamos de determinado produto ou serviço. A geração de novas demandas gera maior produção por parte das indústrias e com isso, a expansão do lucro. “Grande parte da discussão em torno do Desenvolvimento Sustentável tem como denominador comum essa contradição entre desenvolvimento ilimitado e o mundo material finito” (FOLADORI, 2001, p.208). A globalização pode ser considerada como perversa se analisada pelo fato que possibilita o acúmulo de riquezas na mão de poucas pessoas enquanto determina a pobreza nas mãos de muitas pessoas.

A globalização marca um momento de ruptura no processo de evolução social e moral, [...] o progresso técnico aparecia como condição para realizar a sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade (SANTOS, 2004, p.64).

Segundo Milton Santos (SANTOS, 2004, p.38) a globalização, a princípio apresenta-se como proposta de diminuir as desigualdades entre classes sociais; porém, depois de instaurada demonstra ser incapaz de alcançar tal objetivo, pois ao mesmo tempo em que gera riqueza, gera exclusão social para aqueles que não têm condição de inserir-se nela. Pode-se notar que a realidade atual é divergente daquela informada por defensores da globalização como meio de proporcionar uma sociedade homogênea, ou seja, nem todos são contemplados com os benefícios da globalização.

Entre os fatores construtivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontra-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo [...] (SANTOS, 2004, p.38).

Verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual

conceito de desenvolvimento sustentável tende a neutralizar a imagem nefasta do capital perante a degradação ambiental por ele provocada, dada a forte alienação entre homem e natureza. (FREITAS et al., 2012, p. 47)

Aos países ricos, detentores de uma industrialização avançada, a redução de produção de mercadoria e consumo para impedir o desequilíbrio ambiental não é aceita com bons olhos, pois, segundo os governantes destes países, tal redução acarreta diminuição do progresso econômico. Para eles o Desenvolvimento Sustentável é analisado como um empecilho ao progresso econômico, pois na opinião deles, lucrar, produzir e consumir sem poluir é inevitável. De acordo com Santos:

Seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade. A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente. Ela atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos continentes, sem exceção. Quando os progressos da medicina e da informação deviam autorizar uma redução substancial dos problemas de saúde, sabemos que 14 milhões de pessoas morrem todos os dias, antes do quinto ano de vida. (SANTOS, 2004, p.58).

Na verdade, a perversidade deixa de se manifestar por fatos isolados, atribuídos a distorções da personalidade, para se estabelecer como um sistema. [...] a causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição, por lei geral da vida social, da competitividade como regra absoluta [...] (SANTOS, 2004, p.60).

Analisando as características da sociedade contemporânea podemos identificar os limites que impedem a utilização dos princípios que são defendidos no conceito do Desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2009, p.55), “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”, pois o modelo econômico atual possui como objetivos a busca incessante pelo lucro e produção ilimitada muito diferente do objetivo desse conceito que consiste em criar um modelo econômico capaz de gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade preservando o meio ambiente.

Há incompatibilidade entre as características da sociedade contemporânea e a proposta de Desenvolvimento Sustentável conforme afirma Souza:

[...] marxistas e outros autores críticos vêm, há muito tempo, argumentando convincentemente a propósito de algo intragável para o *mainstream*: a incompatibilidade essencial entre preservação ambiental e acumulação capitalista; em outras palavras, a contradição embutida em um pretendido capitalismo ecológico. (SOUZA, 2005, p.267).

Segundo Souza (2005, p.266), o fato do conceito de Desenvolvimento Sustentável ter como objetivo atender as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem suas necessidades é inconsistente, pois:

O fato de que a definição de satisfação de necessidade é vaga, uma vez que, as necessidades de um indivíduo não será a de outro, “o acesso [...] dos indivíduos aos recursos necessários à satisfação de suas necessidades, [...] compromete qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável” (SOUZA, 2005, p. 266).

Outro fato a ser observado é na sociedade contemporânea, para a maioria da população, não lhes são asseguradas a satisfação de suas necessidades básicas tais como: educação, moradia, saneamento, saúde.

Diante desta situação surge o dilema, como garantir que as necessidades das futuras gerações serão supridas, se não são atendidas nem mesmo as necessidades básicas de grande parcela da população do mundo.

O sistema capitalista promove a concentração de renda e acentua as desigualdades sociais. Segundo a comissão de Brundtland a pobreza é a causa dos problemas ambientais.

[...] para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 9).

O sistema capitalista tem como um dos seus traços, a necessidade continua de expansão e essa conduta encontra legitimação na ideia que o ser humano tem o direito (senão o dever) de conquistar a natureza e obter o máximo proveito dela. Wallerstein afirma que a expansão e conquista da natureza já existiu em toda a historia, porém não tinham prioridade existencial como no capitalismo. Wallerstein entende que:

O que o capitalismo histórico fez foi empurrar esses dois temas – a expansão real e sua justificativa ideológica – para o primeiro plano, e assim conseguir suprimir as objeções sociais ao terrível duo. (...) A expansão teve um efeito cumulativo. Toma tempo derrubar árvores. (...) Toma tempo despejar toxinas nos rios ou na atmosfera (WALLERSTEIN, 2002, p. 113).

Ao apontar a pobreza como sendo uma das principais causas dos problemas ambientais no mundo (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO, 188, P.4) e propor aos países desenvolvidos a transferência de tecnologias ambientais para os subdesenvolvidos a fim de evitar o aumento da poluição ambiental, nada mais é do que desviar o foco dos problemas trazidos pelo sistema capitalista.

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos do nosso planeta [...] No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia a “modernização”, mas, depois de muitas décadas de intervenção, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural (MÉSZÁROS, 2002, p.92).

Para Layrargues (1997, p.11) “o problema é acreditar que a proposta de desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica”.

Para Sachs (2010, p.9) “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico [...] – ali onde existir um projeto social subjacente”.

Diante disto, percebe-se que a aplicabilidade do conceito do Desenvolvimento Sustentável, como um todo fica inviável e gera contradições de objetivos e resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem desde o seu surgimento vem alterando o meio ambiente em que vive. As alterações eram contínuas e tinham como objetivo manter a própria sobrevivência. Por serem, as alterações, em pequenas escalas, a natureza tinha tempo de repor os recursos naturais extraídos pelo homem.

A Revolução Industrial surge como um divisor de águas para a intensificação dos problemas ambientais. Foi através dela que houve significativa migração do homem da zona rural para a urbana e conjuntamente a intensificação dos problemas relacionados ao meio ambiente e escassez de recursos naturais. Notadamente, a partir desta, a extração dos recursos naturais passa a ser expressiva e novos hábitos de consumo e necessidades surgem. O consumismo passa a ser uma prática indispensável, gerando demanda que por sua vez gera maior produção e conseqüentemente maior taxa de lucro, movimentando a economia. O consumo passa a ser exacerbado, deixando de ser apenas para atender as necessidades básicas e passa a ser um ato de satisfação individual onde a limitação dos recursos naturais é relegada a um segundo plano, importando-se principalmente com a produção ilimitada dos produtos.

A partir dos anos 60 a constatação dos problemas ambientais ganha evidência e passa a ser discutida em todo o mundo. Surge então a busca por um modelo alternativo de desenvolvimento capaz de mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente, imposto, principalmente pelo aumento de produção e consumo. A princípio este modelo deveria ser alternativo ao utilizado pelos países desenvolvidos (busca incessante pelo lucro, através de produção e consumo), mas o conceito propriamente dado ao Desenvolvimento Sustentável não surgiu com o objetivo de modificar os paradigmas do capitalismo (sistema com hegemonia no mundo contemporâneo), mas sim adaptar-se a ele. O sistema capitalista ganha uma nova roupagem onde a produção industrial com base nas tecnologias “limpas” e evitando desperdício e poluição ambiental ganha destaque. Dessa maneira o sistema capitalista continua obtendo lucros cada vez maiores em detrimento da utilização finita de recursos naturais, ou seja, o capitalismo não aceita barreiras ao seu crescimento – quando se depara com situações que o coloca em desvantagem e ameaça a sua existência, busca formas rápidas de se adaptar.

O tema exposto neste trabalho visa despertar uma reflexão sobre o tema desenvolvimento sustentável e a proposta na lógica capitalista, dominante na atualidade sem a pretensão de esgotar o tema e alertando para a importância do entendimento dos temas relacionados ao meio ambiente e as suas reais intenções no mundo capitalista e as dificuldades que o próprio sistema impõe para a adoção de práticas realmente efetivas e funcionais que resultem na conservação do meio ambiente. Pode-se, ainda, discorrer sobre o tema nas mais diversas óticas do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sergio Pinal. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas**. São Paulo: Tocalino, 2005.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva 2004.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. *In*: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.17-42, 2008.

BEZERRA, M. do C.; FERNANDES, M. A. (Coords.). **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21 Ibam-Iser-Redeh, 2000.

BRAMONT, P. P. B. **Priorização de projetos sob a ótica social: um método envolvendo análise de múltiplos critérios**. 1996. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim, p. 24-40, 2003.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Local: editora, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Vivian Cristiani. **Estudos de impacto ambiental: um instrumento de gestão ambiental aplicado em diagnósticos arqueológicos**. Monografia de curso de Gestão Ambiental. No Prelo. Faculdades Bagozzi: Curitiba, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Marise Manoel (trad.). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **O capitalismo e a crise ambiental**. 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf>. Acesso em: 08/09/2014.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável**. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. Tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRÜGER, Eduardo L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n.4, p.37-43, jul./dez. 2001.

LAYRARGUES, Phillippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v.25, n.71, p.5-10, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001b.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: boitempo, 2002.

MONTIBELLER F, G. O. **Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2.ed. EdUFSC; 2004.

MORAES, F. B. de. Exclusão e inclusão: delimitação e permeabilidade dos territórios. In: DEL RIO, V; Duarte, C; RHEINGANTZ, P. **Projeto do lugar**, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS Ângela Denise de Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: bookman, 2008.

PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do movimento ambientalista. In: PHILIPPI JR. Arlindo; ROMERÓ, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (editores). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, p.431-458, 2004.

RHEINGANTZ, P. A. **Pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos**. Revista Ciências & Ambiente, v.1, n.1. Jul.1990.

ROLNIK, R. Regulação urbanística e exclusão territorial. **Revista Polis**, n. 32, 2000.

ROSSETTO, Adriana; ORTH, Dora; ROSSETTO, Carlos; **Gestão Ambiental integrado ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS)**. Revista Administração Pública, v.40, n.5, p-809-840, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Barricadas de ontem, campos de futuro**. *Estudos Avançados* [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 25-38. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/05.pdf>>. Acesso set de 2014.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Globalização e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Desenvolvimento urbano sustentável"? *In: O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

UNESCO/UNEP. **Methodological guidelines for the integrated environmental evaluation of water resources development.** Paris: Unesco, 1987.

VEIGA, José Eli Da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). *In*: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: editora da UNICAMP, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Ecologia e custos capitalistas de produção: sem saída.** *In*: _____. O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.